



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 91 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da **Lei n. 10.520/2002**, nos incisos I, III, V e parágrafo 2º do art. 9º do **Decreto n. 5.450/05**, bem como o disposto no **Decreto n. 7.892/2013** (Sistema de RP e suas atualizações) e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, a Seção de Almoxarifado elabora o presente Termo de Referência para que seja formalizado Sistema de Registro de Preços, com vistas a aquisição de **MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E PRODUTOS QUÍMICOS** para suprir as necessidades ordinárias e de cadastramento biométrico no exercício de 2019 e as demandas do exercício de 2020.

2 – DO OBJETO

2.1 DA ESPECIFICAÇÃO DA QUANTIDADE:

Aquisição de **MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E PRODUTOS QUÍMICOS**, mediante formação de Ata de Registro de Preços, para suprir a demanda deste Tribunal. As especificações dos materiais a serem adquiridos são os constantes na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO COM A INDICAÇÃO OBRIGATÓRIA DA MARCA DO PRODUTO	QUANT	UNID
01	Dispenser para sabonete líquido. Confeccionado em aço inox polido. Com visor de nível de sabonete e bico dosador a base de pressão. Capacidade 1000/1300 ml. Dimensões externas aproximadas (AxLxP) 21x12,2x13 cm , variação máxima das dimensões 10%. Acabamento com cantos arredondados e design moderno. Acompanhada de suporte traseiro autônomo para fixação na parede e encaixe da saboneteira, buchas e parafusos para instalação (Cód. 292012).	50	Unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02	Flanela em tecido 100% algodão que não manche e nem solte fiapos de tecido, na cor branca, medindo aproximadamente 40 x 60 cm e com etiqueta que comprove a qualidade do tecido (cód. 299630).	2.000	Unidade
03	Limpa-Vidro spray , com pulverizador rosqueável em forma de gatilho e reaproveitável, composto a base de lauril éter sulfato de sódio, em embalagem contendo 500 ml. Validade mínima remanescente de 18 meses (cód. 300935).	1.000	Unidade
04	Limpa carpete , aplicação por escova, uso profissional, diluível em até 1:50; bombona plástica em PEAD (polietileno de alta densidade) atóxico de 5 litros , com lacre inviolável e alça superior. Validade mínima remanescente de 12 meses (Cód. 120758).	100	Unidade
05	Pano de chão alvejado , confeccionado 70% em algodão, 20% em poliéster e 10% viscose; com bordas costuradas, com costura dupla de fios de poliéster, com etiqueta que comprove a qualidade do tecido e medindo no mínimo 70 x 40 cm , com trama de fios densa (tipo saco de farinha) (cód. 336703).	1.000	Unidade
06	Papel higiênico , branco, picotado, com folha dupla, acabamento gofrado, fabricado com 100% de fibras de celulose naturais (não reciclada). Acondicionado em pacote com 4 (quatro) ou 8 (oito) rolos medindo 30/40 m x 10 cm cada e acondicionado em fardo com 64 rolos. Prazo de validade indeterminado (cód. 224639).	10.000	Unidade
07	Papel higiênico rolo de 300 m , 100% celulose fibra virgem, cor branca, folha dupla , extra suave, alta maciez e resistência, tipo gofrado e picotado,	3000	Unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	neutro, rolo 300 m x 10 cm. Pacote c/ 8 rolos , com tubo interno com diâmetro máximo de 5,5 cm. Constar na embalagem: tamanho, quantidade, marca e dados do fabricante. (Cód. 227864).		
08	Papel toalha ; folha dupla, branca, picotada e texturizada, com acabamento gofrado; medindo aproximadamente 22 x 20 cm (variação máxima de 5%); fabricado com 100% de fibras de celulose natural (não reciclada); acondicionado em embalagem contendo 02 (dois) rolos com, no mínimo, 60 toalhas cada rolo . Prazo de validade indeterminado (cód. 410381).	2.000	Unidade
09	Papel toalha Inter folhado com 02 dobras , na cor branca, acabamento gofrado, medindo aprox. 21,0 x 23,0 cm (variação máxima de 5%), fabricada com 100% de celulose virgem ou fibras naturais (não reciclada), com alta absorção e resistência a umidade, caixa com 1000 ou 2000 folhas (cód. 389042).	5.000	Milheiro
10	Produto concentrado de base ácida para limpeza de metais , pedras diversas, pisos cerâmicos e azulejos; composto por tensoativo não iônico, ácido fluorídrico, ácido clorídrico, lauril éter sulfato de sódio e corantes; diluível na proporção 1:5 para pisos e pedras e 1:10 para metais (rendimento para 25 e 50 litros respectivamente) e em embalagem contendo 5 litros. Validade mínima remanescente de 12 meses (Cód. 282927).	30	Unidade
11	Saco para lixo de 100 litros, na cor preta , reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em resina termoplástica virgem (não reciclado), com densidade	50.000	Unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	suficiente para suportar até 20 Kg de peso, medindo aproximadamente 75 x 105 cm, em conformidade com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (cód. 228713).		
12	Saco para lixo de 100 litros, na cor azul , reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em resina termoplástica virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 20 Kg de peso, medindo aproximadamente 75 x 105 cm, em conformidade com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (cód. 228713).	2.000	Unidade
13	Saco para lixo de 50 litros , reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em polietileno virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 10 Kg de peso, medindo aproximadamente 63 x 80 cm, em conformidade com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 253729).	70.000	Unidade
14	Saponáceo cremoso para limpeza de	300	Unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	superfícies esmaltadas ou cromadas , biodegradável, com ingrediente ativo alquil. benzeno sulfonato de sódio; composto por tenso ativos, coadjuvantes, conservantes e atenuador de espuma, com tampa dosadora de fluxo e em embalagem com 300 ml . Validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 252683).		
15	Cesto para lixo , confeccionado em vinil, cor branca ou bege, com capacidade para 14/15 litros, totalmente liso (não telado), formato cilíndrico e medindo aproximadamente 30 cm de altura por 25 cm de diâmetro (Cód. 317419).	120	Unidade

2.2 REGRAS APLICÁVEIS À COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

- a) Se houver divergências entre a descrição do material e o respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, **prevalecerá a estabelecida neste Termo de Referência.**
- b) Será exigido das licitantes, necessariamente, a indicação da **MARCA** e **MODELO (no que couber)** do produto ofertado e o Pregoeiro poderá solicitar o envio de imagens, prospectos, folders como anexo da proposta, para fins de aceitação do produto ofertado - uma vez que o nome de um mesmo objeto pode ter variação regional – medida que permitirá aferir o atendimento das especificações definidas neste Termo de Referência;
- c) Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca dos produtos cotados pela licitante, poderá ser exigida **AMOSTRAS** desses produtos;
- d) As licitantes deverão comprovar **registro na ANVISA**, quando se tratar de material que exija regulação pela respectiva Agência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.3 DA GARANTIA E VALIDADE DOS PRODUTOS:

Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Almoxarifado, quando não expressos nas especificações dos materiais.

2.4 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, cujos resultados estão em vias de serem implementados nas próximas contratações. Assim, enquanto não se houver estabelecido esses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir nas contratações públicas o cumprimento dessas obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental.

Por sua vez, a Instrução Normativa n. 001/2010-SLTI/MPOG - que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta – estabelece que a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental. Referido normativo estabelece:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

§ 2º O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

2.4.1 Nesses termos, a **licitante vencedora** deverá apresentar, como **CONDIÇÃO PARA O RECEBIMENTO DA PROPOSTA:**

I - A declaração abaixo, sem prejuízo das demais exigidas por norma específica:

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n./2019, instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010 e Decreto Federal n. 7.746/2012, nos casos em que a referida norma se aplica ao objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

Assinatura do representante legal da empresa.

II - Para os PRODUTOS SANEANTES, definidos pela RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC ANVISA Nº 59, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010 como substância ou preparação destinada à aplicação em objetos, tecidos, superfícies inanimadas e ambientes, com finalidade de limpeza e afins, desinfecção, desinfestação, sanitização, desodorização e odorização, além de desinfecção de água para o consumo humano, hortifrutícolas e piscinas, descritos nos **itens 3, 4, 10 e 14**, em cumprimento ao Acórdão do TCU n. 2000/2016 - Plenário e à Resolução de Diretoria Colegiada ANVISA - RDC n. 16/2014, a licitante deverá comprovar registro dos produtos na ANVISA;

2.4.2 Para os PRODUTOS SANEANTES descritos nos **itens 3, 4, 10 e 14**, em cumprimento ao Acórdão do TCU n. 2000/2016 - Plenário e à Resolução de Diretoria Colegiada ANVISA - RDC n. 16/2014, a licitante deverá apresentar **como CONDIÇÃO HABILITATÓRIA** deverão apresentar, sob pena de inabilitação, a comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela ANVISA..

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE:

A aquisição de materiais de limpeza e higiene é notoriamente necessária para o bom andamento das atividades administrativas e judiciais da sede do Tribunal como também de todos os Cartórios Eleitorais do Estado de Rondônia. A manutenção da higiene e limpeza é essencial para o desenvolvimento das atividades em ambiente salubre, preservando a saúde de todas as pessoas envolvidas, sejam autoridades, servidores, colaboradores ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

público externo. O quantitativo ora solicitado foi obtido levando-se em consideração estatística de consumo anterior, bem como a demanda futura de 2019 e 2020.

As Atas de Registros de Preços desses materiais, **JÁ EXPIRADAS**, oriundas do PSEI 0001373-14.2017.6.22.8000, Pregão 030/2017 - não previram o suprimento das necessidades do TRE-RO para todo o o exercício de 2019. A tentativa de aquisição desses itens restou fracassada no PSEI 0002252-84.2018.6.22.8000, Pregão n. 003/2019, motivo desta repetição.

Importante destacar que o atual contrato de prestação de serviço de limpeza não contempla mais o fornecimento de material no âmbito do TRE-RO (Sede e Cartórios). Assim, a Seção de Almoxarifado é responsável pelo fornecimento de 100% (cem por cento) de todo o material de limpeza e higiene na Justiça Eleitoral de Rondônia.

3.2 DO AGRUPAMENTO DE SUBELEMENTOS DE DESPESA:

Opta-se, neste Termo de Referência, pelo agrupamento dos seguintes subelementos de despesas:

Classificação 11 – Material químico **3, 4, 10 e 14;**

Classificação 22 – Material de limpeza de produtos de higiene (demais itens).

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta do Planejamento Anual das Contratações para 2019, aprovado pela PORTARIA Nº 1236/2018 ([0362550](#)) e vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

Adotar-se-á como valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

Adotam-se no presente Termo de Referência mecanismos de aperfeiçoamento para alinhar as necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Busca-se estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

A contratação em tela está incluída no **Plano Anual de Contratação para 2019**, constante no processo SEI [0002802-79.2018.6.22.8000](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 - DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 FUNDAMENTO:

Inicialmente, registra-se que não há registro de preços vigente para eventual aquisição de material de limpeza.

É conveniente para a Administração que o material ora solicitado seja adquirido de forma parcelada, pois permite a otimização do espaço disponível.

A compra de todos os materiais para todo o exercício demandaria um espaço físico deveras elevado, caso a aquisição se desse em parcela única, não havendo espaço disponível para isso. Como serão utilizadas durante todo o exercício, a aquisição será feita em período hábil anterior, em parcelas e em conformidade com o cronograma determinado pela Administração do TRE-RO, contido no **Capítulo 6, item 6.3** deste TR.

Além disso, alguns itens em questão possuem estoque atual, devendo suas aquisições obedecerem ao mesmo cronograma referido.

Assim, está presente o requisito permissivo para sua adoção na forma do art. 3º, inciso II, do Decreto n. 7.892/2013.

A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa dispor de orçamento para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

Dadas as circunstâncias, entendemos pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto n. 7.892/2013.

5.2 DISPENSA DE REGISTRO DE “IRP”:

Os itens deste Termo de Referência foram cancelados pois os preços propostos pelas licitantes foram manifestamente superiores aos estimado e pesquisado nos órgãos da administração pública, obrigando a recusa das propostas devido ao preço, pois não atendia ao TR (Processo SEI 0002252-84.2018.6.22.8000 - Pregão Eletrônico 03/2019). Em razão disso, o estoque



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

até o presente momento não foi repostos. Ocorre que a Seção de Almoxarifado deve manter um estoque adequado de materiais suficiente e hígido para suportar a demanda ordinária vindoura e da Biometria/2019.

Assim, considerando também que a opção pela Intenção de Registro de Preços adicionaria considerável tempo no procedimento licitatório, esta unidade decidiu optar pela dispensa de Abertura de Intenção de Registro de Preços, conforme dispõe o art. 4º § 1º do Decreto n. 7.892/2013, atendendo ao princípio da celeridade.

5.3 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

Por outro lado, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU -

Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das características dos materiais, de emprego bastantes usuais na maioria dos serviços médicos dos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

6 - DO ORÇAMENTO, VALORES E CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO

6.1 DOS VALORES ESTIMADOS:

O valor estimado da aquisição é de **R\$ 388.283,90** (trezentos e oitenta e oito mil duzentos e oitenta e três reais e noventa centavos), de acordo com a pesquisa realizada no site eletrônico "Banco de Preços" e demonstrada na tabela adiante:

ITEM	DESCRIÇÃO COM A INDICAÇÃO OBRIGATÓRIA DA MARCA DO PRODUTO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	Dispenser para sabonete líquido. Confeccionado em aço inox polido. Com visor de nível de sabonete e bico dosador a base de pressão. Capacidade 1000/1300 ml. Dimensões externas aproximadas (AxLxP) 21x12,2x13 cm , variação máxima das dimensões 10%. Acabamento com cantos arredondados e	50	Unidade	350,00	17.500,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	design moderno. Acompanhada de suporte traseiro autônomo para fixação na parede e encaixe da saboneteira, buchas e parafusos para instalação (Cód. 292012).				
02	Flanela em tecido 100% algodão que não manche e nem solte fiapos de tecido, na cor branca, medindo aproximadamente 40 x 60 cm e com etiqueta que comprove a qualidade do tecido (cód. 299630).	2.000	Unidade	3,57	7.140,00
03	Limpa-Vidro spray , com pulverizador rosqueável em forma de gatilho e reaproveitável, composto a base de lauril éter sulfato de sódio, em embalagem contendo 500 ml. Validade mínima remanescente de 18 meses (cód. 300935).	1.000	Unidade	7,66	7.660,00
04	Limpa carpete , aplicação por escova, uso profissional, diluível em até 1:50; bombona plástica em PEAD (polietileno de alta densidade) atóxico de 5 litros , com lacre inviolável e alça superior. Validade mínima remanescente de 12 meses (Cód. 120758).	100	Unidade	46,88	4.688,00
05	Pano de chão alvejado , confeccionado 70% em algodão, 20% em poliéster e 10% viscose; com bordas costuradas, com costura	1.000	Unidade	8,28	8.280,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	dupla de fios de poliéster, com etiqueta que comprove a qualidade do tecido e medindo no mínimo 70 x 40 cm , com trama de fios densa (tipo saco de farinha) (cód. 336703).				
06	Papel higiênico , branco, picotado, com folha dupla, acabamento gofrado, fabricado com 100% de fibras de celulose naturais (não reciclada). Acondicionado em pacote com 4 (quatro) ou 8 (oito) rolos medindo 30/40 m x 10 cm cada e acondicionado em fardo com 64 rolos. Prazo de validade indeterminado (cód. 224639).	10.000	Unidade	1,26	12.600,00
07	Papel higiênico rolo de 300 m , 100% celulose fibra virgem, cor branca, folha dupla , extra suave, alta maciez e resistência, tipo gofrado e picotado, neutro, rolo 300 m x 10 cm. Pacote c/ 8 rolos , com tubo interno com diâmetro máximo de 5,5 cm. Constar na embalagem: tamanho, quantidade, marca e dados do fabricante. (Cód. 227864).	3.000	Unidade	51,22	153.660,00
08	Papel toalha ; folha dupla, branca, picotada e texturizada, com acabamento gofrado;	2.000	Unidade	8,20	16.400,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	medindo aproximadamente 22 x 20 cm (variação máxima de 5%); fabricado com 100% de fibras de celulose natural (não reciclada); acondicionado em embalagem contendo 02 (dois) rolos com, no mínimo, 60 toalhas cada rolo . Prazo de validade indeterminado (cód. 410381).				
09	Papel toalha Inter folhado com 02 dobras , na cor branca, acabamento gofrado, medindo aprox. 21,0 x 23,0 cm (variação máxima de 5%), fabricada com 100% de celulose virgem ou fibras naturais (não reciclada), com alta absorção e resistência a umidade, caixa com 1000 ou 2000 folhas (cód. 389042)	5.000	Milheiro	13,62	68.100,00
10	Produto concentrado de base ácida para limpeza de metais , pedras diversas, pisos cerâmicos e azulejos; composto por tensoativo não iônico, ácido fluorídrico, ácido clorídrico, lauril éter sulfato de sódio e corantes; diluível na proporção 1:5 para pisos e pedras e 1:10 para metais (rendimento para 25 e 50 litros respectivamente) e em embalagem contendo 5	30	Unidade	18,93	567,90



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	litros. Validade mínima remanescente de 12 meses (Cód. 282927).				
11	Saco para lixo de 100 litros, na cor preta , reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em resina termoplástica virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 20 Kg de peso, medindo aproximadamente 75 x 105 cm, em conformidade com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (cód. 228713).	50.000	Unidade	0,98	49.000,00
12	Saco para lixo de 100 litros, na cor azul , reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em resina termoplástica virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 20 Kg de peso, medindo aproximadamente 75 x 105 cm, em conformidade	2.000	Unidade	0,88	1.760,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (cód. 228713).				
13	Saco para lixo de 50 litros , reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em polietileno virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 10 Kg de peso, medindo aproximadamente 63 x 80 cm, em conformidade com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 253729).	70.000	Unidade	0,50	35.000,00
14	Saponáceo cremoso para limpeza de superfícies esmaltadas ou cromadas , biodegradável, com ingrediente ativo alquil. benzeno sulfonato	300	Unidade	9,36	2.808,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de sódio; composto por tenso ativos, coadjuvantes, conservantes e atenuador de espuma, com tampa dosadora de fluxo e em embalagem com 300 ml . Validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 252683)				
15	Cesto para lixo , confeccionado em vinil, cor branca ou bege, com capacidade para 14/15 litros, totalmente liso (não telado), formato cilíndrico e medindo aproximadamente 30 cm de altura por 25 cm de diâmetro (Cód. 317419).	120	Unidade	26,00	3.120,00
VALOR TOTAL					388.283,90

6.2 DA PESQUISA DE PREÇOS:

Os valores unitários foram obtidos por meio de pesquisa de preços realizada no âmbito da Administração Pública e Mercado, conforme demonstrado na planilha de composição de preços abaixo:

MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL	PREÇOS PESQUISADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/MERCADO					PREÇO MÉDIO
01	Dispenser para sabonete líquido	370,00	329,00	351,00			350,00
02	Flanela	2,80	2,40	5,50			3,57

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03	Limpa-Vidro spray				6,50	7,10	9,39	7,66
04	Limpa carpete	46,00	42,15	52,50				46,88
05	Pano de chão	8,10	6,85	9,90				8,28
06	Papel higiênico 30/40 m				1,19	1,39	1,20	1,26
07	Papel higiênico 300 m	50,90	46,87	55,90				51,22
08	Papel toalha em rolo	5,10	3,70	4,90		19,10		8,20
09	Papel inter folhado	14,00	12,15	14,70				13,62
10	Produto concentrado	18,20	16,75	22,95	17,65	19,10		18,93
11	Saco para lixo preto 100 litros			0,67	0,90	1,37		0,98
12	Saco para lixo azul 100 litros				0,78	1,05	0,80	0,88
13	Saco para lixo de 50 litros				0,37	0,45	0,68	0,50
14	Saponáceo cremoso	8,20	7,15	11,50	9,75	10,20		9,36
15	Cesto para lixo	50,20	15,35	28,40	16,15	19,90		26,00

6.3 DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

De acordo com o art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013, é dispensada a comprovação de disponibilidade orçamentária para o desencadeamento do certame, sendo necessária somente no ato da contratação.

Embora o quantitativo registrado não vincule a aquisição pela Administração, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária, buscar-se-á a aquisição dentro do cronograma abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT	QUANTITATIVO	2º SEMESTRE 2019	1º SEMESTRE 2020	QTDDE MÍNIMA POR PEDIDO
01	Dispenser para sabonete	350,00	50	20	30	10

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	líquido					
02	Flanela	3,57	2.000	1.000	1.000	500
03	Limpa-Vidro spray	7,66	1.000	500	500	300
04	Limpa carpete	46,88	100	50	50	20
05	Pano de chão	8,28	1.000	300	700	200
06	Papel higiênico 30/40 m	1,26	10.000	5.000	5.000	1.000
07	Papel higiênico 300 m	51,22	3.000	1.000	2.000	500
08	Papel toalha em rolo	8,20	2.000	1.000	1.000	1.000
09	Papel inter folhado	13,62	5.000	2.500	2.500	1.000
10	Produto concentrado	18,93	30	15	15	15
11	Saco para lixo preto 100 litros	0,98	50.000	10.000	40.000	5.000
12	Saco para lixo azul 100 litros	0,88	2.000	500	1.500	500
13	Saco para lixo de 50 litros	0,50	70.000	20.000	30.000	10.000
14	Saponáceo cremoso	9,36	300	150	150	100
15	Cesto para lixo	26,00	120	60	60	20

6.4 DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA:

A execução orçamentária das aquisições efetivas ocorrerá da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	ORDINÁRIO
Orçamento Ordinário 2019 (A SER DEFINIDO)	
Material de Higiene de Limpeza	R\$ 388.283,90



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AOSA MATLIM	
-------------	--

7 – DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por lote, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste TR.

7.2 APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

I - ITENS 01 A 06 E 08 A 15: Todo valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais): Devem ser destinados exclusivamente à participação das ME/EPP'S, na forma prevista no art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015;

II - ITEM 07: Valor superior ao patamar legal. Contudo, dada a sua natureza de bem divisível e não se vislumbrando prejuízo à competitividade do certame, terá uma cota destinada exclusivamente à participação das ME/EPP'S, de acordo com as regras do art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, no seguinte percentual:

Item 07 - **Papel higiênico rolo de 300 m** - 25% (vinte e cinco por cento) = 750 unidades (pacotes com 8 rolos).

7.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

a) O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

b) A proposta deverá informar, necessariamente, a **MARCA** e o **MODELO** do objeto ofertado;

c) O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 01 (uma) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta;

c1) Ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da empresa licitante, este Tribunal se reservará ao direito de solicitar ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta;

c2) O envio e a devolução da amostra de material devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.

d) Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias;

e) Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes;

f) As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

II - A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá enviar ao Pregoeiro, **sob pena de não-aceitação da proposta:**

a) A DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, conforme Anexo I deste TR;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Para os **produtos saneantes 3, 4, 10 e 14**, comprovar que os produtos possuem registro na ANVISA.

b1) É facultado ao pregoeiro verificar o atendimento às certificações acima por meio de consulta aos sítios eletrônicos das entidades reguladoras.

7.4. CRITÉRIO ESPECÍFICO DE HABILITAÇÃO:

As licitantes que ofertarem proposta para os **produtos saneantes 3, 4, 10 e 14**, deverão apresentar, **sob pena de inabilitação**, a comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela ANVISA.

A certidão poderá ser emitida/conferida pelo Pregoeiro, diretamente do sítio eletrônico da ANVISA, no seguinte endereço

eletrônico: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/empresas/>

8 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, **será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.**

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9 – DO CONTRATO – OBRIGAÇÕES DAS PARTES, PAGAMENTO E PENALIDADES

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), **sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).**

9.1 PRAZO DE ENTREGA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Prazo de entrega: Após o recebimento da nota de empenho a contratada deverá entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Por se tratar de contrato de escopo, de execução (fornecimento) imediata, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Admite-se **evental reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

9.2 OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DO PAGAMENTO:

9.2.1 São obrigações da Administração contratante:

a) Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

b) **Receber provisoriamente** os produtos no ato da entrega, desde que acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO;

b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) **Receber definitivamente** os produtos após a verificação do cumprimento das especificações, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO.

d) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

d.1) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

d.2) Produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) Produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d.4) Produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondiçãoamento, salvo se expressamente permitida na especificação do material;

d.5) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

d.6) Produtos com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) Nenhum pagamento será realziado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

e.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

e.4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.2.2 São obrigações da contratada: além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital do certame e seus anexos, em sua proposta e na Ata de Registro de Preços, obriga-se a contratada a:

a) Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da retirada da Nota de Empenho;

a.1) **Endereço de entrega:** Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2092/ 2051/ 2000.

a.2) O horário normal de recebimento dos materiais é de segunda a sexta-feira, das 11h às 18h.

b) Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) Recolher, às suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

c.2) Na hipótese de não existência de créditos da contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados, mesmo após devidamente notificada, sem qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

d) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação desses. O pedido deverá ser devidamente justificado e dirigido à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

f) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i) O objeto deverá ser constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- j) O objeto deverá apresentar certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- k) Declarar que respeita as normas de responsabilidade ambiental de proteção ao meio ambiente nos termos do item 3.4 deste TR.
- l) Assinar a Ata de Registro de Preços pelo Sistema Eletrônico de Informação-SEI, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, posteriormente a homologação da licitação, sendo 02 (dois) dias úteis, pretéritos, para seu cadastro como Usuário Externo no SEI, após convocação por mensagem eletrônica pela Seção de Contratos.
- m) Manter atualizados todos os seus endereços físicos e eletrônicos, números de telefones e identificação do(s) Representante Legal da Empresa, durante todo o período de Vigência da Ata de Registro de Preços.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

10.2 SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato (nota de empenho de despesa), garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou substituídos;
- b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

10.3 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de **inexecução total ou parcial das obrigações** estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa sancionatória fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções prevista neste TR, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho de despesa pelo descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o da nota de empenho de despesa, no caso de recusa em aceitar alterações legalmente obrigatórias do contrato;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;

b4) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, por ocorrência, no caso de não emissão de documento, imprescindível ao pagamento;

b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, em caso de recusa de fornecimento da integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

10.5 O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

10.6 A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

10.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do prazo estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

10.9 No ato de notificação para pagamento de Multa, a CONTRATADA será cientificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

10.10 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

10.11 As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.12 O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada preferencialmente através de correspondência eletrônica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

12 – DOS ANEXOS

Anexo I - Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

Integram este TR as pesquisas de preços juntados neste processo.

Em 27 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **CLÁUDIO APARECIDO PINTO, Chefe de Seção**, em 27/08/2019, às 08:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002056-80.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO ALMOXARIFADO - SEALM

ASSUNTO: Análise final - Pregão Eletrônico nº 20/2019 – Formação de Registro de Preços – Material de Limpeza, higiene e produtos químicos

PARECER JURÍDICO Nº 0469109 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE/RO, objetivando a **aquisição de bens de consumo** consistentes em **Materiais de Higiene, Limpeza e Produtos Químicos, remanescentes do Pregão Eletrônico n. 03/2019, Processo [0002252-84.2018.6.22.8000](#)**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias ([0444665](#)).

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

020/2019 e seus Anexos ([0452983](#)) o qual logrou aprovação desta unidade ([0453138](#)).

03. A comprovação de sua divulgação foi juntado no evento [0457199](#).

04. Houve 3 (três) pedidos de esclarecimento sobre o preço estimado, os quais foram respondidos satisfatoriamente ([0457201](#), [0459766](#) e [0459767](#)). Não houve impugnação ao edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a) o relatório de propostas do pregão nº 20/2019 ([0460117](#));
- b) manifestação da unidade técnica sobre as propostas ([0460837](#), [0460837](#), [0461153](#), [0461877](#), [0461992](#), [0462579](#) e [0465244](#));
- c) documentos de habilitação das empresas licitantes (eventos [0468136](#), [0468141](#), [0468143](#), [0468145](#), [0468146](#), [0468147](#) e [0468148](#));
- d) ata do certame ([0468190](#));
- e) resultado por fornecedor ([0468193](#)); e
- f) termo de adjudicação ([0468195](#)).

06. A comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral veio aos autos no evento [0468873](#).

07. Não houve manifestação de intenção de recurso pelas licitantes.

08. Por fim, veio aos autos o relatório da Pregoeira relatando as principais ocorrências do certame e a remessa a esta AJDG para análise do certame ([0468874](#) e [0469095](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019.

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 17 do Decreto Federal nº 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 4º do Decreto Federal nº 5.450/05.

10. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 2º, do Decreto Federal nº 5.450/05.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório da Pregoeira:

I – Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Houve três pedidos de esclarecimento, sobre os preços estimados, os quais foram devidamente respondidos por e-mail. Os esclarecimentos **não ensejaram** a aplicação da regra constante no **item 1.5.3** do edital. Não houve pedido de impugnação ao edital.

II - Desclassificação da proposta de forma sumária: Houve desclassificação da proposta do licitante ARENA PORTO ENGENHARIA, EVENTOS E SERVICOS EIRELI, CNPJ n. 13.239.682/0001-31, referente ao item 12, pois o edital exige saco de lixo de 100 litros e essa empresa ofertou saco de lixo de 50 litros.

III – Lances: Os lances estão registrados no sistema COMPRASNET ([0460117](#)) e na Ata do Certame ([0468190](#)). Não houve recusa de lances.

IV – Fase de negociação/aceitação: A Pregoeira nessa fase leva a exame todas as propostas apresentadas pelos licitantes, dentre os 16 (dezesesseis) itens com valores negociados no certame, foram aceitas as propostas pelo melhor lance para os itens 1, 2, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13 e 15. Os itens 7 e 16 restaram fracassados.

As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro, cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório. Quanto aos itens 7 e 16, a Pregoeira recusou proposta, pois, na negociação, dentre os principais motivos, as licitantes não aceitaram a redução do seu valor para preço inferior ao estimado pela Administração. **Correta a recusa com fulcro no item 8.6 do Edital.**

V - Cancelados na aceitação: Não houve.

VI - Item deserto: Não houve.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII – Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, a Pregoeira declarou habilitadas as licitantes: a) FAMAHA - COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA, CNPJ n. 07.734.851/0001-07, item 02, valor total R\$ 2.880,00; b) HOLANDA PAPELARIA EIRELI, CNPJ n. 63.772.925/0001-70, item 12, valor total R\$ 800,00; c) M C INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA, CNPJ n. 19.288.989/0001-09, itens 06, 11 e 13, valor total R\$ 48.338,00; d) N. B. DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS E EQUIPAM, CNPJ n. 20.425.201/0001-48, item 01, valor total R\$ 8.999,50; e) NICKVALLE COMERCIO DE PAPEIS LTDA, CNPJ n. 22.366.329/0001-03, item 09, valor total R\$ 53.150,00; f) NOVA QUIMICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI, CNPJ n. 11.844.377/0001-43, itens 05 e 08, valor total R\$ 11.600,00; g) RODRIGO CESAR DA SILVA MOLINA, CNPJ n. 17.428.167/0001-50, item 15, valor total R\$ 1.680,00. Os itens 07 e 16 restaram fracassados. Os itens 03, 04, 10 e 14 foram cancelados.

VIII – Recursos: Não houve registro de intenção de recurso.

12. Comprova-se que os prazos recursais acham-se vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos da Pregoeira, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. Por fim, releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obtiveram uma boa economia.

14. Destaca-se que **os itens 7 e 16 restaram fracassados**, porquanto as propostas foram recusadas devido o preço apresentado ser superior ao valor estimado pela Administração.

15. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. **A este respeito, Decisão TCU n. 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU n. 2219/2010-Plenário.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Quantos aos itens 3, 4, 10 e 14, cancelados na fase de habilitação, consoante item 5.4.1 do Relatório da Pregoeira, em razão da impossibilidade de exigência de documento de habilitação (qualificação técnica) previsto no item 9.3 "a" do Edital, agiu bem a Pregoeira, haja vista que o Edital não trouxe exceções quanto à exigência de comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela ANVISA. Embora se obtenha registros de itens fracassados e cancelados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0468190](#)).

17. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

18. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** (0244371), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

19. Poderá, ainda, a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 ou, ainda, realizar o cadastramento do item específico no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. De toda forma, deverá a unidade solicitante – Seção de Almoxarifado - se pronunciar acerca da conveniência e oportunidade do procedimento que melhor atenda o interesse da Administração. Com relação aos itens cancelados, estes deverão ser objeto de novo certame, após corrigido o item 9.3.

20. Merece registro o fato de que as contratadas devem apresentar os documentos de habilitação atualizados no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme dispõe o item 13.1 "c" do Edital.

Sob vênua, é o parecer



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002056-80.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 20/2019 – Formação de Registro de Preços
– Material de Limpeza, higiene e produtos químicos

DESPACHO Nº 5477 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP objetivando a aquisição de bens de consumo, consistentes em materiais de higiene e limpeza remanescentes do Pregão Eletrônico nº 03/2019, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias deste Tribunal ([0444665](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 20/2019 ([0452983](#)).

A Pregoeira juntou aos autos a ata do Pregão Eletrônico ([0468190](#)), resultado de licitação por fornecedor ([0468193](#)), termo de adjudicação ([0468195](#)) e a comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0468873](#)).

Houve três pedidos de esclarecimento sobre os preços estimados, sendo devidamente respondidos. Os esclarecimentos não ensejaram a aplicação da regra constante no item 1.5.3 do edital. Ademais, não houve impugnação ao edital, bem como manifestação de intenção de recurso pelos licitantes.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedores do certame os seguintes licitantes: a) FAMAHA - COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA, CNPJ n. 07.734.851/0001-07, item 02, valor total R\$ 2.880,00; b) HOLANDA PAPELARIA EIRELI, CNPJ n. 63.772.925/0001-70, item 12, valor total R\$ 800,00; c) M C INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA, CNPJ n. 19.288.989/0001-09, itens 06, 11 e 13, valor total R\$ 48.338,00; d) N. B. DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS E EQUIPAM, CNPJ n. 20.425.201/0001-48, item 01, valor total R\$ 8.999,50; e) NICKVALLE COMERCIO DE PAPEIS LTDA, CNPJ n. 22.366.329/0001-03, item 09, valor total R\$ 53.150,00; f) NOVA QUIMICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI, CNPJ n. 11.844.377/0001-43,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

itens 05 e 08, valor total R\$ 11.600,00; g) RODRIGO CESAR DA SILVA MOLINA, CNPJ n. 17.428.167/0001-50, item 15, valor total R\$ 1.680,00.

Não havendo registro de intenção de recurso, a Pregoeira encerrou a sessão e adjudicou o objeto às vencedoras, perfazendo o valor total do certame R\$ 127.447,50 (cento e vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) - evento [0468198](#).

Destaca-se que **os itens 7 e 16 restaram fracassados**, porquanto as propostas foram recusadas devido o preço apresentado ser superior ao valor estimado por esta Administração. Os itens 03, 04, 10 e 14 foram cancelados.

A AJDG opinou, em síntese, pela homologação do certame nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0468195](#)) e pela possibilidade de Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos e realização de novo certame para contratação dos itens cancelados na habilitação ([0469109](#)).

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis ns.º 8.666/93 e 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenha restado fracassado os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0468190](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 20/2019**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação [0468195](#).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEALM para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 7 e 16 com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 30/10/2019, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP nº. 78/2019

PROCESSO nº. 0002056-80.2019.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 20/2019

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da empresa licitante **FAMAHA – COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **07.734.851/0001-07**, com sede na Av. Ângelo Caleffi, nº. 416. Centro. Barão de Cotegipe-RS. CEP: 99.740-000. Telefone: 54 3523.1153 e E-mail(s): famaha@famaha.com.br, ligi_izycki@hotmail.com, licitacao@famaha.com.br, neste ato representado por **FÁBIO MARCELO HAIDUKI**, brasileiro, portador do RG nº. **1.077.922.282/SSP-RS**, e CPF nº. **999.047.720-53**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Itens, quantidades e valores registrados nesta ARP:

Item	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço	Preço
------	-----------	-------	------	-------	-------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da ARP				Unit. (R\$)	Total (R\$)
01	Item 02 do Edital. Flanela em tecido 100% algodão que não manche e nem solte fiapos de tecido, na cor branca, medindo aproximadamente 40 x 60 cm e com etiqueta que comprove a qualidade do tecido (cód. 299630). Marca: DLH.	Unid.	2000	1,44	2.880,00
Valor Total da ARP (R\$)					2.880,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa desta Ata de Registro de Preços, mediante a expedição de Nota de Empenho de Despesa e Contrato.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da retirada da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, nº. 1889, bairro Baixa União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2092/ 2051/ 2000.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses , a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 05 de novembro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	FÁBIO MARCELO HAIDUKI Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 1ª Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 2ª Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO MARCELO HAIDUKI**, **Usuário Externo**, em 05/11/2019, às 10:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, **Diretora Geral**, em 11/11/2019, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 11/11/2019, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, **Técnico Judiciário**, em 12/11/2019, às 09:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190213

Disponibilização: 12/11/2019

Publicação: 13/11/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato das Atas de Registro de Preços nº. 78 e 84/2019, decorrente do Pregão Eletrônico TRE-RO 20/2019 - TRE-RO. Processo SEI 0002056-80.2019.6.22.8000 - SEI. 1ª) ARP nº. 78/2019 – Adjudicatária: - **FAMAHA – COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 07.734.851/0001-07. Objeto: I) Item 02 do Edital. Flanela em tecido 100% algodão que não manche e nem solte fiapos de tecido, na**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cor branca, medindo aproximadamente 40 x 60 cm e com etiqueta que comprove a qualidade do tecido (cód. 299630). Marca: Eritex. Unid. Quant. 2000. Valor Unit. R\$ 1,44. Valor total do item R\$ 2.880,00. Valor total da ARP R\$ 2.880,00. 2ª) ARP nº. 79/2019 – Adjudicatária: **NOVA QUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI. CNPJ nº. 11.844.377/0001-43. Objeto: I) Item 05 do Edital.** Pano de chão alvejado, confeccionado 70% em algodão, 20% em poliéster e 10% viscose; com bordas costuradas, com costura dupla de fios de poliéster, com etiqueta que comprove a qualidade do tecido e medindo no mínimo 70x 40 cm, com trama de fios densa (tipo saco de farinha) (cód. 336703). Marca: Eritex. Unid. Quant. 1000. Valor Unit. R\$ 4,50. Valor total do item R\$ 4.500,00; **II) Item 08 do Edital.** Papel toalha; folha dupla, branca, picotada e texturizada, com acabamento gofrado; medindo aproximadamente 22 x 20 cm (variação máxima de 5%); fabricado com 100% de fibras de celulose natural (não reciclada); acondicionado em embalagem contendo 02 (dois) rolos com, no mínimo, 60 toalhas cada rolo. Prazo de validade indeterminado (cód. 410381). Marca: Sulleg. Unid. Pacote c/02 rolos. Quant. 2000. Valor Unit. R\$ 3,55. Valor total do item R\$ 7.100,00. Valor total da ARP R\$ 11.600,00; 3ª) ARP nº. 80/2019 – Adjudicatária: **RODRIGO CÉSAR DA SILVA MOLINA – ME. CNPJ: 17.428.167/0001-50. Objeto: I) Item 15 do Edital.** Cesto para lixo, confeccionado em vinil, cor branca ou bege, com capacidade para 14/15 litros, totalmente liso (não telado), formato cilíndrico e medindo aproximadamente 30 cm de altura por 25 cm de diâmetro (Cód. 317419). Marca: WP. Unidade. Quant. 120. Valor Unit. R\$ 14,00. Valor total da ARP, R\$ 1.680,00. 4ª) ARP nº. 81/2019 – Adjudicatária: **MC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA. CNPJ: 19.288.989/0001-09. Objeto: I) Item 06 do Edital.** Papel higiênico, branco, picotado, com folha dupla, acabamento gofrado, fabricado com 100% de fibras de celulose naturais (não reciclada). Acondicionado em pacote com 4 (quatro) ou 8 (oito) rolos medindo 30/40m x 10cm cada e acondicionado em fardo com 64 rolos. Prazo de validade indeterminado (cód. 224639). Marca: Prime Top. Unid. Rolo c/ 30m. Quant. 10000. Valor Unit. R\$ 0,94. Valor total do Item R\$ 9.400,00; **II) Item 11 do Edital.** Saco para lixo de 100 litros, na cor preta, reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em resina termoplástica virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 20 Kg de peso, medindo aproximadamente 75 x 105 cm, em conformidade com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com até 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mínima remanescente de 24 meses (cód. 228713). Marca: Gbel. Unid. Centena. Quant. 500. Valor Unit. R\$ 44,99. Valor total do item R\$ 22.495,00. III) **Item 13 do Edital.** Saco para lixo de 50 litros, reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em polietileno virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 10 Kg de peso, medindo aproximadamente 63 x 80 cm, em conformidade com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com até 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (Cód. 253729). Marca: Gbel. Unid. Centena. Quant. 700. Valor Unit. R\$ 23,49. Valor total do item, R\$ 16.443,00. Valor total da ARP, R\$ 48.338,00; 5º) ARP nº. 82/2019 – Adjudicatária: **NB DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS IRELEI. CNPJ: 20.425.201/0001-48. Objeto: I) Item 01 do Edital.** Dispenser para sabonete líquido. Confeccionado em aço inox polido. Com visor de nível de sabonete e bico dosador a base de pressão. Capacidade 1000/1300 ml. Dimensões externas aproximadas (AxLxP) 21x12,2x13 cm, variação máxima das dimensões 10%. Acabamento com cantos arredondados e design moderno. Acompanhada de suporte traseiro autônomo para fixação na parede e encaixe da saboneteira, buchas e parafusos para instalação (Cód. 292012). Marca: Biovis. Unid. Quant. 50. Valor Unit. R\$ 179,99. Valor total da ARP R\$ **8.999,50**; 6ª) ARP nº. 83/2019 – Adjudicatária: **NICKVALLE COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA – ME. CNPJ: 22.366.329/0001-03. Objeto: I) Item 09 do Edital.** Papel toalha Inter folhado com 02 dobras, na cor branca, acabamento gofrado, medindo aprox. 21,0 x 23,0 cm (variação máxima de 5%), fabricada com 100% de celulose virgem ou fibras naturais (não reciclada), com alta absorção e resistência a umidade, caixa com 1000 ou 2000 folhas (cód. 389042). Marca: NC Papeis. Unidade: Embalagem c/ 1000 fls. Quant. 5000. Valor Unit. R\$ 10,63. Valor total do item, R\$ 53.150,00. Valor total da ARP, R\$ **53.150,00**; 7ª) ARP nº. 84/2019 – Adjudicatária: **HOLANDA PAPELARIA EIRELI. CNPJ: 63.772.925/0001-70. Objeto: I) Item 12 do Edital.** Saco para lixo de 100 litros, na cor azul, reforçado, com densidade mínima de 0.8 micra, opaco (não transparente), confeccionado em resina termoplástica virgem (não reciclado), com densidade suficiente para suportar até 20 Kg de peso, medindo aproximadamente 75 x 105 cm, em conformidade com as normas técnicas NBR 9190 e 9191 da ABNT, em pacotes com até 100 unidades. A marca do produto e da empresa fabricante deve estar impressa de forma visível e de fácil leitura na embalagem da unidade de compra. Validade mínima remanescente de 24 meses (cód.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

228713). Marca: Rava. Unidade, Centena. Quantidade: 20. Preço Unit. R\$ 40,00. Valor total do item, R\$ 800,00. Valor Total da ARP, R\$ **800,00**. Valor Total das ARP's: R\$ **127.447,50**. Vigência das Atas: 12 a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral do TRE-RO, e pelos representantes das empresas.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, **Técnico Judiciário**, em 12/11/2019, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 220, quarta-feira, 13 de novembro de 2019

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 39/2018-TRE/RN; 2) Contratado: ALESSANDRA MILANI (CNPJ: 79.053.468/0001-32); 3) Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para o TRE/RN, incluindo o prazo de garantia; 4) Amparo: Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 8.078/1990; 5) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 16890/2018 - TRE/RN; 6) Vigência: 48 meses, a contar da data de assinatura; 7) Dotação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral; Elemento de despesa 449052.41; Nota de empenho 2019NE000380; 8) Valor: R\$ 25.560,00; 9) Data de Assinatura: 08/11/2019; 10) Signatários: pelo Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pela Contratada, Alessandra Milani.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2019 - UASG 70008

Nº Processo: 87352019. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de forros de PVC na Seção de Gestão de Materiais, fornecimento e instalação de grades e de gradis na Seção de Gestão de Materiais e no Galpão das Urnas do Tribunal Regional Eleitoral/RN, em Natal/RN, e fornecimento e instalação de gradil frontal na 6ª Zona Eleitoral (Nisa Floresta/RN). Total de Itens Licitados: 3. Edital: 13/11/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Rui Barbosa, Nº 215 - Tirol, Tirol - Natal/RN ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70008-5-00056-2019. Entrega das Propostas: a partir de 13/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/11/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO
Diretora-geral

(SIASGnet - 12/11/2019) 70008-00001-2019NE000041

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 66/2019, firmado entre o TRE-RS e a empresa Construtora Malcora EIRELI, CNPJ n. 26.925.113/0001-70. OBJETO: Prestação de serviços de redeação no 3º e no 4º pavimentos, localizados no prédio-sede do TRE-RS, em Porto Alegre-RS. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão n. 60/2019. VIGÊNCIA: 12-11-2019 a 11-11-2020. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento: 3390.39. Ação orçamentária: 02.122.0570.20GP.0043. EMPENHO: 2019NE001307, de 05-11-2019. PREÇO TOTAL: R\$ 227.918,00. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini e Sr. Ygor Alves de Castro Gomes. Proc. SEI n. 0007484-70.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 12-11-2019.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 65/2019, firmado entre o TRE-RS e a empresa Rei de Ouro Mudanças e Transportes EIRELI, CNPJ n. 10.781.353/0001-20. OBJETO: Prestação de serviços de transporte rodoviário de mobiliário entre os prédios da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão n. 64/2019. VIGÊNCIA: 12-11-2019 a 11-5-2022. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento: 3390.39. Ação orçamentária: 02.122.0570.20GP.0043. EMPENHO: 2019NE001304, de 04-11-2019. PREÇO TOTAL ESTIMADO: R\$ 199.174,99. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini e Sr. Everton Jorge Antunes da Costa. Proc. SEI n. 0006809-10.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 12-11-2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 17/2017, referente à locação de imóveis destinados ao funcionamento do cartório e depósito da 6ª ZE, em Encantado-RS, firmado entre o TRE-RS e a empresa CSG Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. OBJETO: Registrar a transferência da propriedade dos imóveis, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini e Sr. Sandro Luis Cima. Proc. SEI n. 0002809-64.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 12-11-2019.

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 66/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor e preço total: Claudel Priuli, R\$ 27.500,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 59/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor e preço total: Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda, R\$ 302.000,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 52.340/16. Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 75/16, de prestação de serviço de manutenção e recarga de extintores de incêndio. CONTRATADA: RECEL Sistemas Contra Incêndio Ltda-EPP. CNPJ: 00.631.485/0001-11. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94. OBJETOS: Prorrogação pelo período de 21/11/19 a 20/11/20; Acréscimo de 8,4% e supressão de 0,98%. Valor: R\$40.173,15, conforme NE nº 1208/19. Elemento de despesa: 3390.39. Natureza: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Programa de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/antecedentes.html>, pelo código 05302019113302181

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs nºs 78 e 84/2019, Pregão Eletrônico TRE-RO 20/2019. Processo SEI 0002056-80.2019.6.22.8000 - SEI. 1ª) ARP 78/19 - Adjudicatária: FAMAH - COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 07.734.851/0001-07. Objeto: I) Item 02 do Edital. Unid. Quant. 2000. Vir. Unit. R\$ 1,44; Vir total da ARP R\$ 2.880,00; Valor total da ARP R\$ 2.880,00; 2ª) ARP 79/19 - Adjudicatária: Nova Química Comércio de Produtos Limpeza Eireli. CNPJ: 11.844.377/0001-43. Objeto: I) Item 05 do Edital. Unid. Quant. 1000. Vir. Unit. R\$ 4,50; II) Item 08 do Edital. Pct c/02 rolos. Quant. 2000. Vir. Unit. R\$ 3,55. Valor total da ARP R\$ 11.600,00; 3ª) ARP 80/19 - Adjudicatária: Rodrigo César da Silva Molina - ME. CNPJ: 17.428.167/0001-50. I) Item 15 do Edital. Unid. Quant. 120. Vir. Unit. R\$ 14,00. Vir total da ARP R\$ 16.680,00; 4ª) ARP 81/19 - Adjudicatária: MC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 19.288.989/0001-09. Objeto: I) Item 06 do Edital. Unid. Rolo c/ 30m. Quant. 10000. Vir. Unit. R\$ 0,94; II) Item 11 do Edital. Centena. Quant. 500. Vir. Unit. R\$ 44,99; III) Item 13 do Edital. Centena. Quant. 700. Vir. Unit. R\$ 23,49; Valor total da ARP R\$ 48.338,00; 5ª) ARP 82/19 - Adjudicatária: NB DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS EIRELI. CNPJ: 20.425.201/0001-48. Objeto: I) Item 01 do Edital. Unidade. Quant. 50. Vir. Unit. R\$ 179,99; Valor total da ARP R\$ 8.999,50; 6ª) ARP 83/19 - Adjudicatária: WICKVALLER COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA - ME. CNPJ: 22.366.329/0001-03. Objeto: I) Item 09 do Edital. Embalagem c/1000rfs. Quant. 5000. Vir. Unit. R\$ 10,63; Valor total da ARP R\$ 53.150,00. 7ª) ARP 84/19 - Adjudicatária: HOLANDA PAPELARIA EIRELI. CNPJ: 63.772.925/0001-70. Objeto: I) Item 12 do Edital. Unid. Centena. Quant. 20. Vir. Unit. R\$ 40,00. Valor total da ARP R\$ 800,00. Valor total das Atas R\$ 127.447,50. Vigência das Atas, 12 meses, a contar da publicação no D.O.U. Assinada por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e pelo representante da empresa.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Espécie: Extrato da NE 834, de 08/11/19. Contratada: OMP DO BRASIL LTDA. CNPJ 05.075.877/0001-65. Programa Trabalho: 02122057020GP0011. Natureza Despesa: 44.90.52.42. Objeto 1) Item 18 do Edital - Poltrona Giratória com braços, Espaldar Alto. Quant: 20. Vir. Unit: R\$ 1.168,50; 2) Item 19 do Edital - Poltrona Giratória com braços, Espaldar Médio. Quant: 35. Vir. Unit: R\$ 1.121,00; 3) Item 20 do Edital - Cadeira sobre Longarina de 3 lugares. Quant: 10. Vir. Unit: R\$ 2.251,50; Valor total da Nota de Empenho: R\$ 85.120,00. Assinada por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAÚJO, Diretora Geral do TRE-RO em substituição. Amparo Legal: ARP 76/2019, vinculada ao Pregão Eletrônico 21/2019/TRE-RO. Processo: SEI 0002636-13.2019.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 50/2019

Aquisição de materiais de expediente. Data do julgamento: 21/10/2019. Empresas vencedoras: TALUTHA A. DA S. GIROTTI (item 1); ROMA COMERCIAL LTDA (item 2); INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI (item 3); MARUP COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI (itens 4 e 11); LG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI (itens 5 e 6); EDUARDO RITA BEM (itens 7 e 8); DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA (item 9) e DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA (item 10).

HELOÍSA HELENA BASTOS SILVA LÜBKE
Pregoeira

(SIDEI - 12/11/2019) 070020-00001-2019NE000115

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 56/2019

Contratação de serviços de cobertura fotográfica para o TREC na Capital e Grande Florianópolis. Data do julgamento: 04/11/2019. Empresa vencedora: LUCIANO NUNES.

HELOÍSA HELENA BASTOS SILVA LÜBKE
Pregoeira

(SIDEI - 12/11/2019) 070020-00001-2019NE000115

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Convênio relativo ao Convênio n. 022/2019, publicado no D.O.U. de 12/11/2019, Seção 3, p. 145, onde se lê: "PAE n. 59.813/2019", leia-se: "PAE n. 59.813/2018".

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 96/2019

REGISTRO DE PREÇO aquisição de HD externo e mídia DVD-R O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. Sagrou-se vencedora a licitante JULIANA PALMA DE GODOI FIALHO 06389613601 para o item 02. O item 1 foi cancelado por não restar propostas válidas. ____ão Paulo, 08 de novembro de 2019 ____RICARDO MENDONÇA FALCÃO ____Pregoeiro do TRE-SP

ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA
Equipe de Apoio

(SIDEI - 12/11/2019) 070018-00001-2019NE682019

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 118/2019

REGISTRO DE PREÇO a fim de confecção e fornecimento de material gráfico O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. Sagraram-se vencedoras as licitantes ARW EDITORA GRÁFICA EIRELI para os itens 1 e 3; CROMOS EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. para o item 2 e IDEIA PRINT COMUNICAÇÃO GRÁFICA EIRELI para o item 4. ____ão Paulo, 11 de novembro de 2019 ____RICARDO MENDONÇA FALCÃO ____Pregoeiro do TRE-SP

ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA
Equipe de Apoio

(SIDEI - 12/11/2019) 070018-00001-2019NE682019

